



EXÉRCITO BRASILEIRO
ESCOLA DE FORMAÇÃO COMPLEMENTAR DO EXÉRCITO

CONCURSO DE ADMISSÃO/2021
PARA MATRÍCULA NO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DO QUADRO COMPLEMENTAR/2022 E
NO CURSO DE FORMAÇÃO DE CAPELÃES MILITARES/2022

004. PROVA OBJETIVA

CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DO QUADRO COMPLEMENTAR DE OFICIAIS

ÁREA: DIREITO

- Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- Certifique-se de que a letra referente ao modelo de sua prova é igual àquela constante em sua folha de respostas.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições.
- Caso haja alguma divergência de informação, comunique ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 3 horas do início da prova.
- Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato

RG

Inscrição

Prédio

Sala

Carteira

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **07**.

Mesa farta

A alimentação, além de necessidade biológica, é um complexo sistema simbólico de significados sociais. Em “A Divina Comédia”, Dante* definiu a fome como o pior desastre. Ele sabia do que falava, pois viu a Europa ser varrida pela Peste Negra no século 14. O desespero levava pessoas a comer de tudo, muitas morrendo com a boca cheia de capim. Outro crucial evento histórico, a Revolução Francesa, teria sido detonado pela falta de comida.

Nos séculos 16 e 17, os livros trazem justificativas médicas para o consumo de certos alimentos. É o caso das frutas. Antes servidas como “entradas” para acalmar o estômago, quando misturadas ao açúcar passam a sobremesas. É o momento em que o açúcar, anteriormente consumido como remédio, invade a Europa por força das exportações portuguesas. De especiaria, ele passa a aditivo de três bebidas que vão estourar na Europa: o chocolate, o café e o chá.

O café, por exemplo, era recomendado pelo médico de dom João V, rei de Portugal, por sua capacidade de “confortar a memória e alegrar o ânimo”. Os cafés se multiplicaram e se tornaram lugares onde se bebia numa verdadeira liturgia: em silêncio, entre pessoas cultas, jogando damas ou cartas.

A Europa dos séculos 16 ao 19 consumiu café, chá e chocolate acompanhados de bolos e outros doces, o que impulsionou o consumo de açúcar. Nascia, assim, a noção de gosto na culinária. Um saber sobre a cozinha se formalizava e livros especializados batiam os 300 mil exemplares.

O comer tornou-se menos encher o estômago e mais escolher segundo o gosto. Certos alimentos passaram de um nível a outro: a batata, primeiramente servida aos porcos, depois de alimentar massas de camponeses, ganhou status de alimento fino, graças às receitas do chef francês Parmentier.

Antigamente, o comer acontecia em momentos regrados e reunia pessoas em torno da mesa, com grande carga simbólica. Hoje, comemos abundante e individualmente. Nessa dinâmica, o lugar da televisão (ou celular) exerce fundamental importância. Em muitas casas e restaurantes, as pessoas comem na frente da TV, ou seja, ingerindo comida sem investimento simbólico, sem prazer de estar junto na descoberta da refeição.

Em todas as esferas da vida, encontramos metáforas alimentares: em relação ao sexo, falamos na doçura do amor, em lua de mel e, em relação aos textos e aos livros, dizemos que podem ser saboreados, digeridos. Vale lembrar que saber e sabor são palavras derivadas do mesmo radical: *sapere*, ter gosto.

(Mary Del Priore. *Aventuras na História*. Julho de 2014. Adaptado)

* Dante Alighieri, escritor italiano.

01. O texto “Mesa farta” é do tipo

- (A) narrativo e enumera os conflitos sociais decorrentes da escassez de alimentos.
- (B) expositivo e evidencia o embate entre estudiosos dos hábitos alimentares.
- (C) injuntivo e questiona a validade do poder curativo de certos alimentos.
- (D) expositivo e apresenta fatos históricos de forma cronológica.
- (E) injuntivo e dá prioridade ao emprego de verbos no modo imperativo.

02. De acordo com o conteúdo do texto, é correto afirmar que

- (A) Dante, em “A Divina Comédia”, descreve a Peste Negra como uma tragédia, alegando que ela é consequência direta da distribuição desigual dos alimentos.
- (B) Dom João V, cuja saúde era precária, bebia frequentemente café adoçado com açúcar por recomendação do médico da corte.
- (C) a Revolução Francesa, também motivada pela pobreza e pela escassez de alimentos, é um acontecimento sociopolítico que permanece subestimado.
- (D) alguns alimentos, antes desprezados como a batata, tornaram-se produtos consumidos exclusivamente pela nobreza europeia.
- (E) as refeições, durante as quais as pessoas se agrupavam e saboreavam os alimentos, hoje se converteram em atos isolados e desprovidos de convivência.

03. As expressões destacadas contribuem, respectivamente, para dar intensidade às ideias e para estabelecer relação de causa na alternativa:

- (A) ... ele passa a aditivo de três bebidas que vão **estourar** na Europa... (2º parágrafo) / ... **quando** misturadas ao açúcar passam a sobremesas. (2º parágrafo)
- (B) ... menos **encher** o estômago e mais escolher segundo o gosto. (5º parágrafo) / Antes servidas **como** “entradas” para acalmar o estômago... (2º parágrafo)
- (C) Ele sabia do que falava, pois viu a Europa ser **varrida** pela Peste Negra no século 14. (1º parágrafo) / ... ganhou status de alimento fino, **graças às** receitas do chef francês Parmentier. (5º parágrafo)
- (D) ... a Revolução Francesa, teria sido **detonado** pela falta de comida. (1º parágrafo) / A alimentação, **além de** necessidade biológica, é um complexo sistema simbólico... (1º parágrafo)
- (E) ... e livros especializados **batiam** os 300 mil exemplares. (4º parágrafo) / ... as pessoas comem na frente da TV, **ou seja**, ingerindo comida... (6º parágrafo)

04. Assinale a alternativa em que o trecho reescrito mantém o sentido original do texto.

- (A) “é um complexo sistema simbólico de significados sociais” (1º parágrafo) → é um esquema de prescrições sociais indecifrável.
- (B) “encontramos metáforas alimentares” (último parágrafo) → encontramos expressões calcadas na associação com a comida.
- (C) “se tornaram lugares onde se bebia numa verdadeira liturgia” (3º parágrafo) → se tornaram lugares onde se bebia seguindo rituais religiosos.
- (D) “livros especializados batiam os 300 mil exemplares” (4º parágrafo) → livros de preços proibitivos eram vendidos em larga escala.
- (E) “comemos abundante e individualmente” (6º parágrafo) → nos alimentamos com fartura porém sem qualidade nutritiva.

05. A respeito do terceiro parágrafo, é correto concluir que as aspas e os dois-pontos, respectivamente,

- (A) destacam afirmação do médico de dom João V sobre os efeitos do café; introduzem uma descrição.
- (B) destacam trecho de estudos de medicina sobre os efeitos do café; introduzem uma retificação.
- (C) destacam descobertas a respeito dos efeitos do café; introduzem um contra-argumento.
- (D) destacam frase propagandística sobre os efeitos do café; introduzem uma observação irônica.
- (E) destacam parecer irrefutável sobre os efeitos do café; introduzem uma suposição.

06. Os trechos “muitas morrendo com a boca cheia de capim” (1º parágrafo) e “o que impulsionou o consumo de açúcar” (4º parágrafo) podem ser substituídos, respectivamente e sem alteração de sentido, por:

- (A) entretanto muitas morriam com a boca cheia de capim / com o propósito de ampliar o consumo de açúcar.
- (B) porque muitas morreriam com a boca cheia de capim / em razão da ampliação do consumo de açúcar.
- (C) embora muitas morressem com a boca cheia de capim / portanto se ampliou o consumo de açúcar.
- (D) e muitas morriam com a boca cheia de capim / de sorte que se ampliou o consumo de açúcar.
- (E) por isso muitas morriam com a boca cheia de capim / não obstante se ampliou o consumo de açúcar.

07. Considere o texto.

Café, chocolate e chá tornaram-se bebidas muito apreciadas quando _____ o açúcar. Já as frutas, alguns estudiosos _____, até então, apenas um remédio; porém, associadas ao açúcar, passaram a saborosas sobremesas.

De acordo com a colocação dos pronomes e com o emprego do sinal indicativo de crase determinados pela norma-padrão, as lacunas desse texto devem ser preenchidas, respectivamente, por:

- (A) se adicionou a elas ... haviam considerado-as
- (B) se adicionou à elas ... as haviam considerado
- (C) se adicionou à elas ... haviam considerado-as
- (D) se adicionou à elas ... haviam-nas considerado
- (E) se adicionou a elas ... haviam-nas considerado

08. Assinale a alternativa correta quanto à concordância verbal e nominal estabelecida pela norma-padrão da língua portuguesa.

- (A) No México pré-hispânico, já se consumiam chocolate, e existiam cerimônias religiosas em que essa bebida exercia papel relevante.
- (B) Os grãos de cacau, que era tão valorizados, também serviam de moeda na hora da comercialização dos produtos.
- (C) Misturado pelos indígenas a pimenta, milho e frutas, o chocolate era utilizado cotidianamente como alimento, medicamento e afrodisíaco.
- (D) Essa bebida, cujo sabor oscilavam entre amargo e picante, virou moda entre os espanhóis conquistadores da América.
- (E) O prazer de consumir taças de chocolate, combinados a outros fatores, espalhou-se por grandes centros como Paris e Veneza.

09. Adotou-se a convenção de dividir o movimento em fases distintas, abrangendo o “bandeirismo defensivo”, o apresamento, o movimento colonizador, as atividades mercenárias e a busca de metais e pedras preciosas. Contudo, apesar dos pretextos e resultados variados que marcaram a trajetória das expedições, a penetração dos sertões sempre girou em torno do mesmo motivo básico.

(John M. Monteiro, *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*)

Para Monteiro, esse “motivo básico” das expedições dos bandeirantes foi

- (A) a atuação de guarda-mor das terras coloniais, evitando a formação de potentados locais e destruindo os já formados.
 - (B) a busca pela ampliação constante do território colonial, sempre em acordo com as autoridades portuguesas.
 - (C) o acordo tácito, renovado em períodos irregulares, com as ordens religiosas para controlar os povos indígenas.
 - (D) o imperativo crônico da mão de obra indígena para os empreendimentos agrícolas dos paulistas.
 - (E) o combate persistente aos invasores dos espaços coloniais, caso dos espanhóis ao Sul e dos franceses ao Norte.
10. Bem nas primeiras linhas da sua *História geral das guerras angolas* (1681), Cadornega, o pai da historiografia angolista, menciona o “resgate de peças que servem de utilidade ao comércio, e com estes resgates se evitam não haver tantos açougues de carne humana, e instruídos na Fé de Nosso Senhor Jesus Cristo indo batizados e catequizados se embarcam para as partes do Brasil ou para outras que têm uso católico”.

(Luiz Felipe de Alencastro, *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. Texto adaptado)

Na sua manifestação, Cadornega parece

- (A) identificar o estabelecimento do tráfico negreiro como uma iniciativa que se contrapunha aos interesses das lideranças políticas africanas.
- (B) justificar o tráfico negreiro para a América, por permitir que povos africanos fossem salvos das práticas antropofágicas e das guerras intertribais.
- (C) condenar o uso das práticas religiosas para convencer as pessoas a virem trabalhar na América.
- (D) separar as dimensões econômicas, representadas pelo tráfico de escravos, da dimensão religiosa, marcada pela expansão da fé cristã.
- (E) reconhecer a existência de incompatibilidades entre as práticas escravistas e as doutrinas essenciais do catolicismo.

11. As constantes reclamações, não só aquelas publicadas em periódicos da Corte, mas também as diversas cartas e petições enviadas para a Secretaria de Polícia da Província, informavam que os habitantes destes mocambos praticavam frequentes roubos na região, principalmente pirateando barcos, carregados de produtos, que navegavam os rios. Segundo as denúncias, os quilombolas usavam canoas – que mantinham escondidas nos manguezais dos inúmeros riachos afluentes do Iguazu e Sarapu – em seus assaltos e, “para evitarem os insultos dos salteadores – [quilombolas], alguns mestres daquelas lanchas têm pactuado com eles, pagando-lhes tributo de carne, farinha, etc.”. As dificuldades alegadas pelas autoridades para destruir os mocambos eram, entre outras, sua localização em regiões pantanosas de difícil acesso e a “convivência” com os quilombolas de comerciantes, taberneiros, cativos das plantações vizinhas, escravos remadores e lavradores.

(Flávio dos Santos Gomes, *Quilombos do Rio de Janeiro no século XIX*. In: Flávio dos Santos Gomes e João José Reis (orgs.), *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*)

A partir do excerto, é correto afirmar que, em geral, as comunidades de escravos fugidos

- (A) tiveram, como um fator central de sobrevivência e autonomia, a sua localização geográfica, com o intuito de proteger-se contra as expedições repressoras e de permanecer em contato com áreas de cultivo, dos pequenos centros de comércio e entrepostos mercantis circunvizinhos.
- (B) apresentaram a tendência a um considerável isolamento, condição essencial para a sua preservação, e construíram, dessa forma, espaços autossuficientes na produção de alimentos e outros produtos básicos, como armas feitas com ferro e outros minerais já conhecidos pelos africanos.
- (C) organizaram espaços de exploração econômica, com a produção de alimentos e de algodão, matéria-prima básica para a manufatura de vestimentas rústicas direcionadas à parcela mais pobre da população, e estiveram articulados com proprietários rurais que se opunham à ordem política do Império.
- (D) alargaram a sua influência social por meio de uma série de estratégias voltadas a estabelecer alianças com pequenos e médios proprietários rurais, que eram auxiliados pelos quilombolas na sabotagem econômica dos grandes proprietários de terras com a organização de fugas de escravos.
- (E) desenvolveram uma forma de organização política que prescindia da presença de lideranças, cabendo ao coletivo formador do espaço de rebelião o papel de gestor da defesa e do abastecimento de alimentos e armas, que eram obtidos, essencialmente, por meio de saques em espaços urbanos.

12. Nas eleições para a regência única, realizadas em abril de 1835, o Padre Feijó derrotou seu principal competidor, Holanda Cavalcanti, proprietário rural de Pernambuco. O corpo eleitoral era extremamente reduzido, somando cerca de 6 mil eleitores. Feijó recebeu 2.826 votos, e Cavalcanti, 2.251. Pouco mais de dois anos depois, em setembro de 1837, Feijó renunciou. Ele sofrera pressões do Congresso, sendo acusado de não empregar suficiente energia na repressão aos farrapos, entre cujos chefes estava um de seus primos. Nas eleições que se seguiram, triunfou Pedro Araújo Lima, futuro Marquês de Olinda, antigo presidente da Câmara e senhor de engenho em Pernambuco.

A vitória de Araújo Lima simbolizou o início do “regresso”.

(Boris Fausto, *História do Brasil*)

O “regresso” representava uma corrente política

- (A) conservadora, que tinha o objetivo de fazer voltar a centralização política e o reforço da autoridade.
- (B) reformista, que defendia a estabilização política do Império com a aproximação entre liberais e conservadores.
- (C) liberal, que lutava pelo estabelecimento da autonomia política das províncias e dos municípios.
- (D) progressista, que propunha a preservação e a amplificação das medidas liberais do Ato Adicional.
- (E) ultraconservadora, que advogava a imediata volta de Dom Pedro I ao poder.

13. Em 1983, lideranças políticas buscaram a aprovação de uma emenda constitucional que reestabelecesse o voto popular nas eleições para a presidência da República. A emenda estava formalizada no Congresso Nacional desde março daquele ano. Foi iniciativa de um deputado quase desconhecido – Dante de Oliveira, do PMDB de Mato Grosso. Tinha quinze linhas e alta probabilidade de ser arquivada, mas foi pinçada pela Executiva Nacional do PMDB. A Emenda Dante de Oliveira, como ficou conhecida, levou à formação de uma frente suprapartidária.

(Líliá Moritz Schwartz e Heloísa Murgel Starling, *Brasil: uma biografia*. Texto adaptado)

Em abril de 1984, a Emenda Dante de Oliveira foi

- (A) aprovada, mas com a existência de regras eleitorais rígidas, não houve a possibilidade de todos os partidos lançarem candidatos para o pleito ocorrido em 1985.
- (B) aprovada conjuntamente com uma reforma política, mas a primeira eleição direta para a presidência ocorreu em 1988, coincidindo com as escolhas dos deputados constituintes.
- (C) rejeitada, daí parcelas das oposições apoiaram um candidato de oposição no Colégio Eleitoral, que conseguiu, em janeiro de 1985, eleger-se.
- (D) rejeitada com apoio da oposição moderada ao governo federal, havendo a apresentação de uma nova emenda constitucional propondo a realização de eleições gerais em 1986.
- (E) aprovada, mas as eleições diretas valeriam apenas para o sucessor do chefe do Executivo eleito em 1985, o que de fato ocorreu com as eleições de 1989.

14. [...] a capacidade para importar não se recuperou nos anos trinta. Em 1937 ela ainda estava substancialmente abaixo do que havia sido em 1929. Em realidade, o *quantum* das importações daquele ano - bem superiores ao de qualquer outro ano do decênio – esteve 23 por cento abaixo do de 1929. A renda criada pelas exportações havia decrescido em termos reais. O *quantum* das exportações aumentara, mas, como o poder aquisitivo da unidade de exportação com respeito à unidade de importação se havia reduzido à metade, é evidente que a renda criada pelas exportações era muito inferior. O valor da produção agrícola a preços correntes havia subido de 7,5 para 7,8 bilhões de cruzeiros, não obstante a produção para exportação haver baixado de 5,5 para 4,5 bilhões. A participação das exportações como elemento formador da renda do agricultor havia decrescido, portanto, de 70 para 57 por cento.

(Celso Furtado, *Formação econômica do Brasil*)

A partir do contexto apresentado no excerto, é correto afirmar que o Brasil

- (A) recuperou-se lentamente dos efeitos da recessão econômica dos anos 1930 porque o Estado brasileiro manteve uma política de sustentação do preço do café.
- (B) conseguiu se recuperar dos efeitos da Crise de 1929 ainda na década de 1930, principalmente em função do crescimento industrial e da produção para o mercado interno.
- (C) experimentou um desenvolvimento econômico forte desde os anos 1920, baseado em exportação de café e algodão, e foi pouco afetado pelos anos de depressão econômica.
- (D) teve uma difícil recuperação econômica, o que apenas ocorreu nos anos 1940, em razão das inversões de capitais públicos estadunidenses voltados para a agricultura de exportação.
- (E) sentiu pouco as decorrências da Crise de 1929 porque a indústria ganhou importante impulso, nos anos 1920, com investimentos estatais voltados para a indústria de base.

15. As informações contidas no mapa representam o papel estruturador do modo de organização do território determinado pelas redes e cada vez menos centrado em malhas administrativas e políticas.



(THÉRY; MELLO, 2018, p. 16)

A partir da interpretação dos elementos do mapa e de seus conhecimentos sobre o território brasileiro, é correto dizer que a rede representada no mapa refere-se à

- (A) capacidade estimada do modelo dutoviário para o tráfego de carga.
- (B) malha hidrográfica com diferentes profundidades de navegação.
- (C) malha aeroviária centrada somente em São Paulo.
- (D) capacidade de carga via sistema intermodal (trem e caminhão).
- (E) capacidade de tráfego de veículos por dia.

16. Ao considerar a macrocompartimentação do relevo brasileiro, não se pode negligenciar sua natureza morfo-genética. A compartimentação atual tem fortes ligações genéticas com o soerguimento da plataforma sul-americana e com processos erosivos muito marcantes nas bordas das bacias sedimentares em concomitância com o soerguimento da plataforma sul-americana.

(Jurandyr Luciano Sanches Ross. *Geografia do Brasil*, 2001, p. 52. Adaptado)

O relevo brasileiro apresenta três tipos de unidades geomorfológicas, que refletem sua gênese, que são:

- (A) intrusões, coberturas residuais e planícies.
- (B) planaltos, depressões e planícies.
- (C) planaltos, processos erosivos e terrenos cristalinos.
- (D) montanhas, vales e planície costeira.
- (E) planaltos, plataforma continental e terrenos sedimentares.

17. Observe os conceitos:

- I. estabelece(m)-se sobre áreas urbanizadas, causando elevação de temperatura e desconforto térmico;
- II. responsável(is) pelo agravamento da poluição atmosférica em virtude do papel de bloqueio que exerce(m);
- III. leva(m) ao colapso a rede de escoamento, produzindo extravasamento e danos em áreas extensas.

(José Bueno Conti e Sueli Ângelo Furlan. *Geocologia: o clima, os solos e a biota*. IN: ROSS, J. L. S. *Geografia do Brasil*, 2001, p. 86-87. Adaptado)

Os conceitos apresentados nos itens I, II e III representam sequencialmente:

- (A) inversão térmica, radiação de onda longa e poluição do ar.
- (B) ilhas de calor, camada de ozônio e poluição do ar.
- (C) radiação ultravioleta, camada de ozônio e enchentes urbanas.
- (D) ilhas de calor, inversão térmica e enchentes urbanas.
- (E) inversão térmica, calmarias e enchentes urbanas.

18. Observe o mapa.

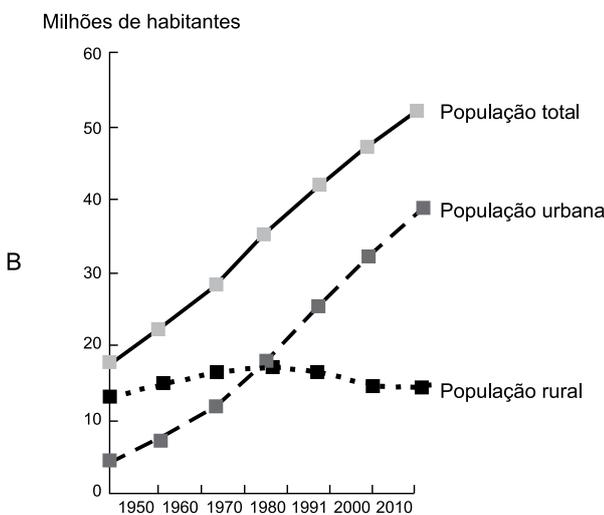
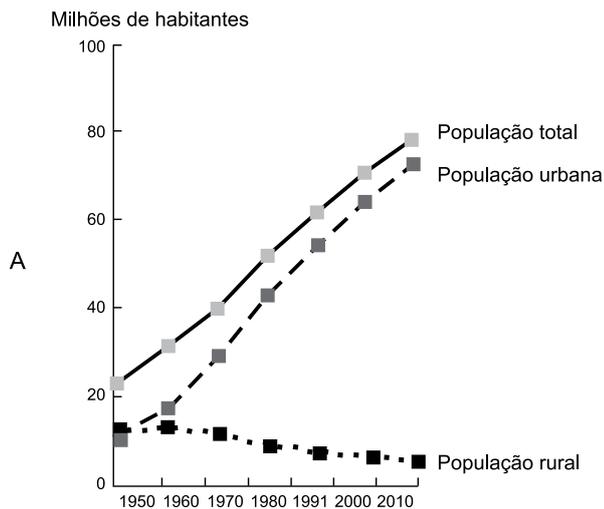


(Taioli, Fábio. Recursos energéticos. In: TEIXEIRA, W. et. al. (org.). *Decifrando a Terra*, 2000, p. 474)

A área indicada em branco no mapa representa um importante recurso mineral explorado no Brasil nos depósitos da Bacia do Paraná. Trata-se das reservas de

- (A) gás natural.
- (B) petróleo.
- (C) carvão mineral.
- (D) urânio.
- (E) potássio.

19. Observe os gráficos da população total, urbana e rural (em milhões de habitantes) do Brasil entre os anos de 1950 e 2010.

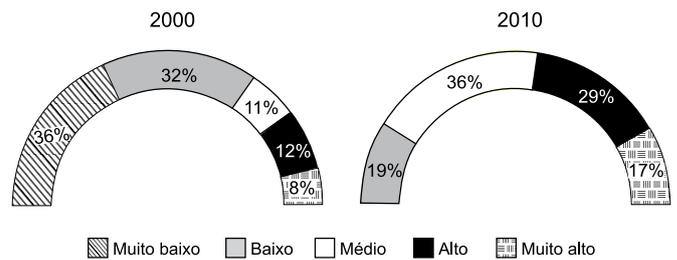


Fonte: THÉRY, H.; MELLO, N. A. Atlas do Brasil. Disparidades e dinâmicas do território, 2018, p.123.

Baseando-se nos totais absolutos representados no eixo das ordenadas e na evolução temporal da população rural e urbana, é correto apontar que os gráficos A, B e C representam, respectivamente, as regiões brasileiras:

- (A) Sudeste, Nordeste e Sul.
- (B) Norte, Centro-Oeste e Sul.
- (C) Sul, Nordeste e Norte.
- (D) Sudeste, Norte e Centro-Oeste.
- (E) Nordeste, Sul e Sudeste.

20. Observe os gráficos que representam a distribuição das Unidades de Desenvolvimento Humano (UDHs) segundo as faixas do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) entre o período de 2000 e 2010 para a Região Metropolitana de Natal, Rio Grande do Norte.



Fonte: PNUD, Ipea e FIP, 2014.

(Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas Brasileiras, 2014, p. 68)

A análise do gráfico e a comparação entre o período de 2000 a 2010 permitem afirmar que

- (A) ocorreu um acréscimo de concentração das UDHs nas faixas de menor IDHM em especial na categoria 'muito baixo' e 'baixo'.
- (B) no período estudado, há uma concentração das UDHs nas faixas mais elevadas do IDHM, com uma redução das UDHs que trazem os índices mais baixos.
- (C) do ponto de vista do IDHM, é possível dizer que houve uma piora na qualidade de vida da população entre os dois anos considerados na análise.
- (D) os resultados comparativos entre os dois períodos não permitem obter conclusões significativas acerca da distribuição das UDHs e tampouco sobre o IDHM.
- (E) a categoria de IDHM 'muito alto' indica que a faixa etária da população apresenta aumento da expectativa de vida, assim como redução do nível de escolaridade da população.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO ADMINISTRATIVO

21. A Secretaria de Educação do Município X deseja realizar procedimento para seleção de fornecedor de material escolar para os alunos da rede municipal. O material a ser disponibilizado aos alunos deverá conter os seguintes itens simples com especificações usuais de mercado: (i) lápis preto; (ii) caneta hidrográfica; (iii) estojo; (iv) tesoura e; (v) borracha. O orçamento para a contratação é estimado em R\$ 30 milhões. A respeito dessa situação hipotética, é correto afirmar, com base na legislação nacional:

- (A) não poderão ser adquiridos todos os bens conjuntamente, devendo-se fracionar a licitação em tantos procedimentos quantas forem as espécies de produto a serem adquiridas.
- (B) o valor global da contratação requer a adoção da tomada de preços como modalidade de licitação.
- (C) a existência prévia de autorização orçamentária para a realização da despesa não é condição para a realização do procedimento licitatório e para a assinatura do contrato, apenas para o seu pagamento.
- (D) caso a Secretaria desista da contratação após a finalização da licitação, poderá anular o procedimento sem assistir ao vencedor da licitação qualquer direito à indenização.
- (E) para a aquisição dos bens em questão, poderá ser utilizada a licitação na modalidade de pregão.

22. É inexigível a licitação:

- (A) na aquisição de bens e contratação de serviços para atender aos contingentes militares das Forças Singulares brasileiras empregadas em operações de paz no exterior.
- (B) na contratação em que houver transferência de tecnologia de produtos estratégicos para o Sistema Único de Saúde – SUS.
- (C) para a contratação de serviços técnicos de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, como, por exemplo, serviços de publicidade e divulgação.
- (D) para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- (E) na contratação de fornecimento ou suprimento de energia elétrica e gás natural com concessionário, permissionário ou autorizado, segundo as normas da legislação específica.

23. O órgão público Y contratou, com base na legislação nacional de licitações e contratos administrativos, a aquisição de cem pacotes contendo em média 20 kg de determinada matéria-prima necessária à prestação dos serviços de competência do órgão. Como a entrega foi feita próxima ao horário de encerramento do funcionamento do órgão (19h), o servidor a cargo do recebimento conferiu apenas o número de pacotes, mas não o peso médio de cada pacote, assinando recibo simples da entrega. No dia seguinte, ao verificar que o peso médio dos pacotes era de cerca de 20% inferior ao esperado, o servidor entrou em contato com o fornecedor, que se negou a complementar a entrega, alegando que o produto já teria sido definitivamente recebido no órgão, não podendo mais ser levantada qualquer oposição em relação à entrega. Com base nesta situação e na legislação nacional, é correto afirmar:

- (A) por se tratar de aquisição de matéria-prima, o recebimento apenas poderia ter sido feito mediante “termos circunstanciados”, motivo pelo qual permanece obrigado o fornecedor.
- (B) o princípio da supremacia do interesse público autoriza a Administração, a qualquer tempo, a questionar a quantidade e qualidade recebida, cabendo ao particular o ônus da prova com relação à entrega em conformidade com o contrato.
- (C) o servidor agiu com negligência ao não conferir imediatamente a quantidade e qualidade do produto recebido, não havendo alternativa à Administração que não a aceitação do objeto contratual.
- (D) a recepção definitiva do objeto contratual ocorre apenas após a verificação formal da quantidade e qualidade do material, nos prazos legais, não sendo aceitável o argumento do fornecedor.
- (E) a legislação nacional prevê que a entrega de bens adquiridos pela Administração Pública deve ocorrer das 8h às 17h, não tendo agido corretamente o servidor ao recepcionar os produtos fora do horário permitido.

24. Em 1992, no Rio de Janeiro, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Nesta Declaração, pode-se ler o seguinte trecho: "(...) Quando houver ameaça de danos sérios ou irreversíveis, a ausência de absoluta certeza científica não deve ser utilizada como razão para postergar medidas eficazes e economicamente viáveis para prevenir a degradação ambiental."

Pode-se afirmar corretamente que o trecho transcrito se refere ao seguinte princípio do direito ambiental:

- (A) princípio da precaução.
- (B) princípio da ubiquidade.
- (C) princípio da prevenção.
- (D) princípio da função socioambiental da propriedade privada.
- (E) princípio da educação ambiental.

25. Considerando a forma federativa do Estado brasileiro, é de fundamental importância a definição clara das competências administrativas em matéria ambiental, para a melhor proteção dos interesses das gerações atuais e futuras. Assim, é correto afirmar, com relação à responsabilidade pela fiscalização e lavratura de auto de infração por infrações à legislação ambiental, que

- (A) a competência para a lavratura de auto de infração ambiental é concorrente entre União, Estados e Municípios, considerando a relevância do bem jurídico ambiental, sendo possível o acúmulo de sanções aplicadas por diferentes esferas em razão da mesma infração.
- (B) cabe aos Municípios apenas atuação subsidiária à ação da União e dos Estados em matéria de fiscalização ambiental, visando o auxílio no desempenho das suas respectivas competências, quando solicitado pelo ente federativo detentor da atribuição.
- (C) compete ao Instituto Brasileiro de Proteção do Meio Ambiente – Ibama o papel de polícia ambiental, fiscalizando em âmbito nacional todos os empreendimentos e atividades potencial ou efetivamente poluidores.
- (D) qualquer pessoa do povo, ao constatar infração ambiental decorrente de empreendimento ou atividade utilizadores de recursos ambientais efetiva ou potencialmente poluidores pode lavrar auto de infração ambiental para efeito do exercício do poder fiscalizatório.
- (E) compete ao órgão responsável pelo licenciamento ou autorização de um empreendimento ou atividade lavrar auto de infração ambiental e instaurar processo administrativo para a apuração de infrações à legislação ambiental cometidas pelo empreendimento ou atividade licenciada ou autorizada.

26. Acerca das pessoas jurídicas, assinale a alternativa correta.

- (A) Às pessoas jurídicas não se aplicam os direitos da personalidade, razão pela qual não podem postular em juízo a indenização por danos morais, pois, apesar de possuírem honra subjetiva, não possuem honra objetiva.
- (B) A pessoa jurídica resulta da união de duas ou mais pessoas mediante constituição de sociedade, não se admitindo a sociedade unipessoal no direito brasileiro, mesmo transitoriamente.
- (C) A autonomia patrimonial das pessoas jurídicas é um instrumento lícito de alocação e segregação de riscos, estabelecido pela lei com a finalidade de estimular empreendimentos, para a geração de empregos, tributo, renda e inovação em benefício de todos.
- (D) Se a pessoa jurídica tiver administração coletiva, as decisões devem ser tomadas pela maioria absoluta de votos de todos os sócios, salvo se o ato constitutivo dispuser de modo diverso, não podendo, no entanto, prever o quórum inferior a 2/3 dos presentes na Assembleia.
- (E) A decisão judicial que resulta na extensão dos efeitos de certas e determinadas relações de obrigações da pessoa jurídica aos bens particulares de administradores ou de sócios em caso de fraude e confusão patrimonial denomina-se desconsideração inversa da personalidade jurídica.

27. Um casal, João e Maria, juntamente com seu filho José, de 9 (nove anos), entrou numa loja de cristais. José era uma criança muito hiperativa e, sem que o casal percebesse, começou a quebrar alguns produtos da loja. O casal conteve imediatamente o seu filho José, assim que percebeu que ele estava danificando os produtos da loja. Os itens quebrados por José totalizaram mais de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). João e Maria eram separados e a guarda de José era de responsabilidade exclusiva de João.

Acerca do caso narrado, assinale a alternativa correta.

- (A) Somente o genitor que tem a guarda do menor é responsável pelos atos ilícitos que ele praticar; dessa forma, somente João pode ser responsabilizado pelos prejuízos causados por José, desde que demonstrada culpa no dever de cuidado e vigilância.
- (B) José poderá ser responsabilizado pelos prejuízos que causou, se seus pais não dispuserem de meios suficientes; a indenização, contudo, deverá ser equitativa e não terá lugar se privar José do necessário ou as pessoas que dele dependem.
- (C) Como José é menor incapaz e não pode ser civilmente responsabilizado pelos seus atos, deverá o proprietário da loja de cristais postular a indenização de João e Maria; a responsabilidade dos pais de José é subjetiva, com o ônus da prova invertido em desfavor do casal.
- (D) O genitor que tem a guarda do menor responde independentemente de culpa, e o que não tem, apenas de forma subsidiária; assim, João responderá pelos prejuízos, independentemente de culpa, mas Maria somente responderá se João não tiver recursos para pagar a indenização.
- (E) João e Maria somente poderiam ser responsabilizados pelos danos causados se fosse demonstrada a culpa do casal no dever de vigilância; o caso indica que não houve culpa do casal, razão pela qual não haverá qualquer indenização.

28. João era proprietário de um terreno vazio. Após contrair uma doença grave, João foi internado numa Unidade de Terapia Intensiva – UTI, inconsciente. Pedro, sabendo da doença de seu irmão João, construiu uma casa no terreno de propriedade deste, começou a morar no local e se apresentava a todos como se fosse proprietário. Após um ano, João se recuperou da sua doença e soube que o terreno de sua propriedade foi invadido pelo seu irmão Pedro. Imediatamente, João tentou recuperar a posse de seu terreno, mas foi violentamente repellido por Pedro.

Acerca do caso narrado, é correto afirmar:

- (A) a perda da posse de João ocorreu somente a partir do momento em que ele tentou recuperá-la, mas foi violentamente repellido por Pedro.
- (B) se a construção for de valor superior ao do terreno, Pedro tem direito a adquirir a propriedade do terreno de seu irmão João.
- (C) Pedro pode ser considerado um detentor, mas não um possuidor.
- (D) a posse de Pedro é injusta, por ser de má-fé.
- (E) se Pedro tiver que desocupar o imóvel, por ser um possuidor de má-fé, terá direito à ser indenizado por João pelo valor correspondente à metade do valor das construções realizadas.

DIREITO CONSTITUCIONAL

29. Conforme dispõe a Constituição Federal, não poderão ser admitidas propostas de emendas à Constituição

- (A) na vigência de intervenção federal, de estado de calamidade ou de estado de sítio.
- (B) tendentes a abolir o voto direto, eletrônico e universal.
- (C) apresentada pelo Presidente da República.
- (D) com matéria constante de proposta de emenda já rejeitada na mesma sessão legislativa.
- (E) assinadas por menos de metade dos membros da Câmara dos Deputados.

30. “Art. 101. (...) Parágrafo único. Os Ministros do Supremo Tribunal Federal **serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.**”

Sobre o trecho em negrito, transcrito da Constituição Federal, é correto afirmar:

- (A) a tarefa precípua de defesa da Constituição pelo Supremo Tribunal Federal requer atuação ativa, podendo o Tribunal agir *ex officio* ou mediante provocação.
- (B) a Constituição estabelece, com relação à aprovação pelo Senado Federal do indicado ao Supremo Tribunal Federal pelo Presidente da República, a adoção do voto aberto, privilegiando o princípio da publicidade.
- (C) uma vez aprovados pelo Senado Federal e nomeados pelo Presidente da República, os Ministros do Supremo Tribunal Federal apenas poderão ser afastados da sua função por atingimento da idade máxima de 75 (setenta e cinco) anos.
- (D) representa exemplo do sistema de freios e contrapesos entre os três Poderes da República.
- (E) demonstra a preponderância que a Constituição atribui ao Poder Judiciário sobre os demais Poderes, considerando a sua prerrogativa de decidir em definitivo as matérias a ele apresentadas.

31. Com o objetivo de fomentar a indústria bélica nacional, considerada como essencial à segurança nacional, o governo federal propõe ao Congresso Nacional a criação de sociedade de economia mista com a finalidade de desenvolvimento de nova tecnologia avançada de defesa. A respeito dessa situação hipotética, é correto afirmar, com base na legislação nacional, que

- (A) é possível a criação da referida empresa estatal, ainda que exista ampla oferta no mercado internacional para a tecnologia em questão, ponderadas as razões estratégicas de defesa apresentadas na proposição.
- (B) considerando a natureza especial da empresa a ser criada, o regime jurídico-trabalhista dos seus funcionários será diferenciado em relação ao regime aplicável às empresas privadas.
- (C) é discricionária a criação de empresas estatais pelo Estado brasileiro, uma vez que a Constituição Federal adota como princípio conformador da ordem econômica a ideia de função socialista da propriedade.
- (D) o Conselho de Defesa Nacional deverá necessariamente se pronunciar acerca da proposta de criação da sociedade de economia mista em apreço por expressa determinação constitucional.
- (E) é vedada ao Estado brasileiro a intervenção direta no domínio econômico da forma como proposto pelo governo federal, cabendo-lhe apenas a indução da atividade por meio de incentivos financeiros ou tributários.

32. Conforme o entendimento consubstanciado nas Súmulas dos Tribunais Superiores sobre a desapropriação, assinale a alternativa correta.

- (A) É desnecessária prévia autorização do Presidente da República para desapropriação, pelos Estados, de empresa de energia elétrica.
- (B) Na desapropriação, a atualização monetária deve ser realizada apenas uma vez ao ano, independentemente do decurso de prazo superior a um ano entre o cálculo e o efetivo pagamento da indenização.
- (C) Os honorários de advogado em desapropriação direta são calculados sobre a metade do valor da diferença entre a indenização e a oferta, corrigidas monetariamente.
- (D) Na desapropriação direta, os juros compensatórios são devidos a partir da elaboração do laudo de avaliação do imóvel e, na desapropriação indireta, a partir do trânsito em julgado da sentença condenatória.
- (E) Pela demora no pagamento do preço da desapropriação não cabe indenização complementar além dos juros.

33. Acerca das ações possessórias, pode-se corretamente afirmar:

- (A) é vedado ao réu, salvo em sede de reconvenção, demandar a proteção possessória e indenização pelos prejuízos resultantes da turbação ou do esbulho cometido pelo autor, sob o fundamento de que foi o ofendido em sua posse.
- (B) na pendência de ação possessória, é permitido, tanto ao autor quanto ao réu, propor ação de reconhecimento do domínio, e a alegação de propriedade impede a manutenção e a reintegração de posse.
- (C) estando a petição inicial devidamente instruída, o juiz deferirá, sem ouvir o réu, a expedição do mandado liminar de manutenção ou de reintegração, caso contrário, determinará que o autor justifique previamente o alegado, citando-se o réu para comparecer à audiência que for designada.
- (D) se presentes os requisitos, a liminar pode ser deferida independentemente de caução, mesmo comprovado que o autor provisoriamente mantido ou reintegrado na posse carece de idoneidade financeira para, no caso de sucumbência, responder por perdas e danos.
- (E) no litígio coletivo pela posse de imóvel, quando o esbulho ou a turbação afirmado na petição inicial houver ocorrido há menos de ano e dia, o juiz, antes de apreciar o pedido de concessão da medida liminar, deverá designar audiência de mediação, a realizar-se em até 30 (trinta) dias.

34. O juiz, ao proferir a sentença, deixou de seguir enunciado de súmula invocada pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento. Pode-se corretamente afirmar, diante do previsto no Código de Processo Civil, que tal sentença é:
- (A) válida, tendo em vista que a não aplicação de súmula, salvo as vinculantes, é prerrogativa do juiz.
 - (B) nula, por ausência de fundamentação.
 - (C) anulável, por ausência de fundamentação.
 - (D) válida, porém omissa, pois deveria informar a razão da não aplicação da súmula.
 - (E) inexistente, por ausência de um de seus elementos essenciais.

DIREITO TRIBUTÁRIO

35. A sociedade empresarial “X Ltda.”, para a realização de um negócio jurídico de compra e venda de um imóvel de sua propriedade, deseja comprovar a quitação do imposto municipal sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU). Ao buscar informações a respeito da situação fiscal do imóvel, a empresa recebeu documento emitido pelo Fisco no qual se verificava existirem três obrigações tributárias pendentes de pagamento: (i) um débito de IPTU ainda vincendo; (ii) um débito de IPTU vencido para o qual foi apresentada impugnação administrativa pelo contribuinte e; (iii) um débito de IPTU inscrito em dívida ativa com parcelamento tributário vigente. Com base nesta situação hipotética e na legislação nacional, assinale a alternativa correta.
- (A) A existência de débitos vincendos de IPTU no caso é suficiente para obstar a pretensão do contribuinte de comprovação da sua regularidade fiscal.
 - (B) Eventual adquirente do imóvel sobre o qual pendem os mencionados débitos de IPTU não responderá pelos citados débitos, caso junte ao contrato de compra e venda do imóvel o documento emitido pela Fazenda Pública.
 - (C) A impugnação administrativa depende de caução da dívida tributária, motivo pelo qual não se pode considerar o débito impugnado pelo contribuinte para fins de emissão de certidão negativa em seu favor.
 - (D) A situação não permite ao contribuinte obter a certidão negativa de débitos municipais, mas apenas a certidão positiva com efeitos de negativa, por não serem exigíveis os créditos tributários listados.
 - (E) A inscrição em dívida ativa importa em reconhecimento pelo contribuinte da certeza e liquidez do crédito tributário, impedindo a emissão de certidão de regularidade fiscal em favor do interessado.

36. A sociedade empresária “Y S/A” possui dívidas tributárias em montante superior a 40% do seu patrimônio conhecido, resultantes de operação fiscal realizada com fins de apurar crime contra a ordem tributária. Os créditos tributários encontram-se no momento suspensos em razão da pendência de recurso administrativo contra os autos de infração lavrados. Ao longo dos últimos meses, porém, a Fazenda Pública observou que a empresa demitiu todos os seus funcionários e alienou a maior parte dos seus bens a familiares dos sócios, agravando a situação de possível insolvência da empresa. Diante dessa situação hipotética, recomenda-se à Fazenda Pública adotar a seguinte medida como forma de assegurar o recebimento do seu crédito:
- (A) denunciar criminalmente os sócios e administradores da empresa, solicitando no corpo da denúncia a sua prisão preventiva.
 - (B) promover a respectiva execução fiscal, considerando os riscos da demora no julgamento do recurso administrativo e a inafastabilidade do Poder Judiciário.
 - (C) impetrar mandado de segurança, requerendo antecipação de tutela para fins de arresto de eventuais saldos bancários em nome do contribuinte.
 - (D) inscrever os créditos tributários em dívida ativa, para que, então, possa ser dada publicidade à situação de insolvência da empresa.
 - (E) apresentar medida cautelar fiscal, com o objetivo de obter a decretação da indisponibilidade de bens da empresa e possivelmente dos controladores ou administradores.

DIREITO PENAL

37. O brocardo *nullum crimen, nulla poena sine praevia lege* enuncia o princípio da
- (A) igualdade.
 - (B) presunção de inocência.
 - (C) anterioridade.
 - (D) vedação de provas ilícitas.
 - (E) instrumentalidade das formas.
38. É requisito legal para caracterização do arrependimento posterior previsto no art. 16 do CP:
- (A) impedir o agente que o resultado se produza.
 - (B) ato voluntário do agente no sentido de desistir da execução.
 - (C) pequeno valor do objeto material do crime.
 - (D) crime cometido sem violência ou grave ameaça à pessoa.
 - (E) reparação do dano ou restituição da coisa até a sentença de primeiro grau.

39. Quando o agente comete o crime de homicídio sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima,
- (A) a pena pode ser aumentada de 1/6 a 1/3 caso o crime tenha sido praticado contra mulher por razões da condição de sexo feminino.
 - (B) configura-se homicídio privilegiado, com consequente diminuição de pena.
 - (C) configura-se hipótese de legítima defesa.
 - (D) o Direito Penal é indiferente a tal circunstância.
 - (E) configura-se caso de atenuante de pena a qual, contudo, por jurisprudência pacificada, não se aplicará caso também esteja presente qualquer circunstância que qualifique a ação.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

40. Assinale a alternativas que preenche, correta e respectivamente, as lacunas, nos termos do art. 28-A do CPP:
- “Não sendo caso de arquivamento e tendo o investigado confessado formal e circunstancialmente a prática de infração penal _____, o Ministério Público poderá propor _____, desde que necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime.”
- (A) sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a 4 (quatro) anos ... acordo de não persecução penal
 - (B) com pena mínima inferior a 4 (quatro) anos ... acordo de não persecução penal
 - (C) com pena mínima inferior a 4 (quatro) anos ... acordo de colaboração premiada
 - (D) sem violência ou grave ameaça ... acordo de colaboração premiada
 - (E) sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a 4 (quatro) anos ... acordo de colaboração premiada
41. No que concerne à ação penal, assinale a alternativa correta, nos termos do art. 25 do CPP.
- (A) Não será admitida ação privada nos crimes de ação pública.
 - (B) A ação penal privada é personalíssima, ou seja, o ofendido não poderá ser representado ao intentá-la.
 - (C) A representação será irretroatável, depois de oferecida a denúncia.
 - (D) Qualquer pessoa do povo poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, tanto nas hipóteses de ação pública como de ação privada.
 - (E) O ofendido decairá no direito de queixa ou de representação se não o exercer dentro do prazo de seis meses, contado do dia em que se encerrar o inquérito policial.

42. Figure a hipótese em que a defesa de um acusado impetra HC junto ao STJ e tem a liminar negada. Na sequência, é impetrado um HC junto ao STF questionando a decisão anterior. Especificamente de acordo com a jurisprudência sumulada do STF (691), o novo HC deve
- (A) ser monocraticamente negado.
 - (B) ter liminar deferida monocraticamente caso se trate de caso em que não haja jurisprudência pacificada.
 - (C) ter seu curso suspenso até decisão de mérito do STJ.
 - (D) ser levado a julgamento colegiado para análise na primeira oportunidade.
 - (E) sequer ser conhecido.

DIREITO PENAL MILITAR

43. No que concerne ao conceito de superior, é correto afirmar que o Código Penal Militar, para efeito de aplicação da lei penal militar, considera
- (A) expressamente a figura do superior hierárquico, fazendo a distinção entre Praças e Oficiais.
 - (B) superior hierárquico o militar que, em virtude da função, posto ou graduação, exerce autoridade sobre outro de igual situação funcional.
 - (C) superior o militar que, em virtude da função, posto ou graduação, exerce autoridade sobre Pelotão, Companhia ou Batalhão.
 - (D) superior o militar que, em virtude da função, exerce autoridade sobre outro de igual posto ou graduação.
 - (E) a figura do superior hierárquico e funcional, fazendo a distinção entre ambos, por meio de definição autêntica.
44. Nos termos do Código Penal Militar, é correto afirmar que
- (A) somente os militares em situação de atividade poderão cometer crimes de deserção e insubmissão.
 - (B) o crime militar de insubmissão é cometido por civil convocado, portanto é perpetrado apenas por aquele que não é militar.
 - (C) não existe possibilidade de o civil cometer crime propriamente militar, apenas crimes impropriamente militares.
 - (D) os crimes impropriamente militares são aqueles cometidos por militares da reserva ou reformados.
 - (E) os militares em situação de atividade não cometem o crime de insubmissão e deserção.

- 45.** Considerando que o crime de motim é de autoria coletiva necessária, na hipótese de ocorrer um motim envolvendo 2 (dois) Cabos, 2 (dois) Soldados, 2 (dois) Sargentos e 1 (um) Tenente, sendo o mentor da prática criminosa um dos Cabos, é correto afirmar, nos termos do Código Penal Militar:
- (A) o Tenente será considerado o cabeça do motim e poderá receber uma pena maior.
 - (B) o enunciado descreve uma hipótese de crime impossível, pois o efetivo total de 7 (sete) militares é insuficiente para a configuração do crime de motim.
 - (C) o Cabo mentor da prática será considerado o cabeça, podendo receber a maior pena aplicada.
 - (D) o Tenente e os Sargentos receberão as maiores penas, pois serão considerados os cabeças do movimento.
 - (E) em razão de um Cabo estar liderando um movimento na presença de um Tenente e de vários Sargentos, houve descaracterização do crime de autoria coletiva necessária.
- 46.** No que concerne à Ação Penal Militar, prevista no Código Penal Militar, é correto afirmar que
- (A) apenas o crime de provocação a país estrangeiro é de ação penal pública condicionada.
 - (B) a legislação penal militar contempla crimes militares de ação penal pública condicionada à requisição do Ministro da Justiça.
 - (C) a legislação penal militar contempla crimes de ação penal pública condicionada, incondicionada e privada.
 - (D) todos os crimes militares são de ação penal pública incondicionada.
 - (E) somente os crimes militares contra a honra são de ação penal privada.
- 47.** No que concerne ao arquivamento de Inquérito Policial Militar previsto no Código de Processo Penal Militar, é correto afirmar:
- (A) o Inquérito Policial Militar somente poderá ser desarquivado por determinação do Ministério Público após a manifestação do Juiz de Direito competente.
 - (B) o Inquérito Policial Militar somente poderá ser desarquivado por determinação do Juiz de Direito competente após a manifestação do órgão do Ministério Público.
 - (C) ressalvados o caso julgado e os casos de extinção da punibilidade, o arquivamento de inquérito não obsta a instauração de outro, se novas provas aparecerem em relação ao fato.
 - (D) na hipótese de extinção da punibilidade, surgindo novas provas em relação ao fato, o desarquivamento do inquérito somente poderá ser determinado pelo Juiz de Direito após a manifestação do órgão do Ministério Público.
 - (E) o Juiz de Direito competente ou o órgão do Ministério Público poderão requerer o desarquivamento do Inquérito Policial Militar, mesmo após a extinção da punibilidade, para análise de eventuais resíduos administrativos na conduta dos militares.
- 48.** Nos termos do Código de Processo Penal Militar, é correto afirmar que, nos crimes em que há violação do dever militar, se o agente invocar coação física irresistível, o magistrado, ao analisar o auto de prisão em flagrante,
- (A) poderá conceder liberdade provisória, mediante termo de comparecimento a todos os atos do processo, sob pena de revogar a concessão.
 - (B) deverá remeter os autos ao Conselho de Justiça, pois somente este pode avaliar os casos de concessão de liberdade provisória.
 - (C) não poderá conceder liberdade provisória, em razão da natureza (violação do dever militar), devendo, se houver, determinar o arquivamento de eventual pedido.
 - (D) após a análise do Ministério Público, poderá conceder liberdade provisória em razão do evidente erro de direito.
 - (E) deverá remeter os autos ao Tribunal, pois este é o competente para avaliar os casos de concessão de liberdade provisória.

- 49.** Nos termos do Código de Processo Penal Militar, no que concerne à citação, intimação e notificação, é correto afirmar:
- (A) é vedada a intimação por precatória, sendo requisito necessário a declaração do recebimento da contrafé pelo intimado.
 - (B) na citação por precatória, realizada por Oficial de Justiça, exige-se a declaração do recebimento da contrafé pelo citado.
 - (C) a citação pessoal do militar em situação de atividade será realizada obrigatoriamente por Oficial de Justiça.
 - (D) a notificação à pessoa que residir fora da sede do juízo poderá ser feita por carta com assinatura da autoridade judiciária.
 - (E) é vedada a notificação por precatória, sendo requisito necessário a declaração do recebimento da contrafé pelo notificado.
- 50.** Nos termos do Código de Processo Penal Militar, no que concerne à condição de insumisso prevista no Processo de Insumissão, é correto afirmar que
- (A) nenhum insumisso terá direito ao quartel por menagem.
 - (B) o insumisso que for capturado não terá direito ao quartel por menagem.
 - (C) o insumisso incapaz ficará isento do processo e da inclusão.
 - (D) somente o insumisso que se apresentar espontaneamente terá direito ao quartel por menagem.
 - (E) o insumisso, mesmo se for considerado incapaz, não ficará isento de pena.
- 51.** O Tribunal Penal Internacional tem jurisdição, em conformidade com o Estatuto de Roma, sobre:
- (A) crimes de corrupção, crimes contra o patrimônio e crimes contra a vida.
 - (B) apenas os crimes de guerra com previsão expressa, vedada qualquer forma de analogia.
 - (C) crimes hediondos, crimes de tortura e crimes contra a vida.
 - (D) crimes de corrupção, crime de genocídio e crimes contra a humanidade.
 - (E) crime de genocídio, crimes contra a humanidade, crimes de guerra e crime de agressão.
- 52.** O Estatuto de Roma determina que os crimes de competência do Tribunal Penal Internacional
- (A) podem prescrever, dependendo da idade do criminoso.
 - (B) acompanham a prescrição prevista na legislação de cada país.
 - (C) prescrevem em 20 anos.
 - (D) não prescrevem.
 - (E) prescrevem em 30 anos.
- 53.** O Estatuto de Roma contempla como pena a ser imposta pelo Tribunal Penal Internacional à pessoa condenada por um dos crimes de sua competência:
- (A) a perda da função pública, caso a conduta afronte ao interesse público ou à probidade administrativa.
 - (B) a prisão perpétua, se o elevado grau de ilicitude do fato e as condições pessoais do condenado o justificarem.
 - (C) a extradição, se o grau de violação do bem jurídico assim exigir.
 - (D) o banimento, se o grau de violação do bem jurídico assim exigir.
 - (E) a repatriação de recursos, a depender do grau de desvio perpetrado pelo criminoso.

54. O Direito Internacional dos Conflitos Armados é também conhecido por
- (A) Direito de Guerra.
 - (B) Direito da Paz.
 - (C) Direito de Haia.
 - (D) Direito de Genebra.
 - (E) Carta das Nações Unidas.
55. Quanto ao tratamento dos prisioneiros de guerra contemplados no Direito de Genebra, é correto afirmar que
- (A) as seis Convenções de Genebra disciplinam a matéria relativa aos prisioneiros de guerra.
 - (B) as Convenções de Genebra disciplinam orientações sobre a melhoria das condições dos feridos e dos enfermos das forças armadas em campanha, não contemplando o tratamento dos prisioneiros de guerra.
 - (C) a Primeira e a Segunda Convenção de Genebra disciplinam a matéria relativa ao tratamento dos prisioneiros de guerra.
 - (D) o tratamento dos prisioneiros de guerra é contemplado na Terceira Convenção de Genebra.
 - (E) apenas a Segunda Convenção de Genebra disciplina a matéria relativa ao tratamento dos prisioneiros de guerra.
56. É correto afirmar que a Carta das Nações Unidas:
- (A) veda todo e qualquer uso da força, independentemente do motivo.
 - (B) não contempla o uso da força, mas disciplina o direito a retomada da paz.
 - (C) como única exceção, autoriza o uso da força: no caso de *legítima defesa*, seja individual ou coletiva.
 - (D) não contempla o uso da força, mas disciplina o assunto com a denominação de "direito de guerra".
 - (E) autoriza o uso da força na hipótese de ações terroristas.

57. O não comparecimento do reclamado à audiência trabalhista importará revelia e confissão ficta quanto à matéria de fato. Contudo, a revelia não acarretará o efeito da confissão quando:
- (A) havendo pluralidade de reclamados, pelo menos dois deles contestar a ação.
 - (B) o litígio versar sobre direitos disponíveis do reclamado ou direitos indisponíveis do reclamante.
 - (C) as alegações do reclamante, apesar de verossímeis, demandarem a necessidade de interrogatório do revel e de testemunhas, a critério do juiz do trabalho.
 - (D) houver manifestação contrária do Ministério Público do Trabalho, inclusive quando o reclamado for empresa pública ou sociedade de economia mista.
 - (E) a petição inicial não estiver acompanhada de instrumento que a lei considere indispensável à prova do ato.
58. No processo do trabalho, contra a decisão que rejeita o Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica, na fase de execução,
- (A) cabe agravo de instrumento, desde que o juízo esteja garantido.
 - (B) cabe agravo de petição, independentemente da garantia do juízo.
 - (C) cabe agravo de instrumento, independentemente da garantia do juízo.
 - (D) cabe agravo de petição, desde que o juízo esteja garantido.
 - (E) não cabe recurso algum, por se tratar de decisão interlocutória.

- 59.** Nos termos da atual Constituição da República, aos militares
- (A) está proibida a sindicalização, mas se admite a greve no caso de atrasos no pagamento dos soldos.
 - (B) está permitida a sindicalização e proibida a greve.
 - (C) estão proibidas a sindicalização e a greve, não se admitindo exceções à regra.
 - (D) estão permitidas a sindicalização e a greve, apenas em situações específicas.
 - (E) estão permitidas a sindicalização e a greve, ficando excepcionados apenas os oficiais.
- 60.** A aposentadoria concedida com a utilização do tempo de contribuição decorrente de cargo, emprego ou função pública, inclusive do Regime Geral de Previdência Social,
- (A) não terá relevância na hipótese de emprego público, o qual não se extingue com a aposentadoria por tempo de contribuição.
 - (B) não terá relevância na hipótese do servidor público federal que estiver vinculado a regime próprio de previdência social.
 - (C) acarretará o rompimento do vínculo que gerou o referido tempo de contribuição, desde que o servidor concorde com este rompimento.
 - (D) acarretará o rompimento do vínculo que gerou o referido tempo de contribuição.
 - (E) suspende o contrato de trabalho respectivo.

